

## Alerta Legislação nº 8, de 22 a 27 fev. 2021

### Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça  
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

## DESTAQUES

### Governo Federal

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.031, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a [Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973](#), a [Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000](#), e a [Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002](#).

#### **DECRETO Nº 10.636, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021**

Altera o [Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018](#), que regulamenta a [Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983](#), que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição.

#### **DECRETO Nº 10.635, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos dos setores de transporte rodoviário, portuário e aeroportuário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a inclusão de empreendimentos públicos federais dos setores portuários e aeroportuário no Programa Nacional de Desestatização.

### Governo do Estado de São Paulo

#### **DECRETO Nº 65.540, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021**

Acrescenta dispositivo ao [Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020](#)(\*), e dá providências correlatas

(...)

**Artigo 1º** - O Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, passa a vigorar acrescido do artigo 8º-A, com a seguinte redação:

"Artigo 8º-A - O descumprimento do disposto neste decreto sujeitará o infrator, conforme o caso, às penalidades previstas nos incisos I, III e IX do artigo 112 da [Lei nº 10.083, de 23 de setembro de 1998](#) - Código Sanitário do Estado, sem prejuízo do disposto na [Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) - Código de Defesa do Consumidor e nos artigos 268 e 330 do [Código Penal](#).

§ 1º - Para os fins do disposto neste artigo, a Polícia do Estado de São Paulo poderá determinar a dispersão de aglomerações, sempre que constatar reunião de pessoas capaz de aumentar a disseminação da Covid-19.

§ 2º - A Secretaria da Saúde, a Secretaria da Segurança Pública e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, no âmbito de suas respectivas atribuições, fiscalizarão o cumprimento das medidas de restrição a que alude o Anexo III deste decreto, substituído pelo Anexo II do [Decreto nº](#)

[65.529, de 19 de fevereiro de 2021.](#)".

**Artigo 2º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) Dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, institui o Plano São Paulo e dá providências complementares.

## Prefeitura de São Paulo

### **LEI Nº 17.553, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021**

(PROJETO DE LEI Nº 55/21, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO)

Autoriza, em caráter extraordinário, o Poder Executivo a proceder a concessão e pagamento do benefício de que trata a [Lei nº 17.504, de 11 de novembro de 2020](#)(\*), por mais três meses.

(\*) Dispõe sobre a instituição da Renda Básica Emergencial no âmbito do Município de São Paulo, em decorrência da pandemia do Covid-19.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
<b>26/02/2021</b> <b>(Ed. extra)</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 10.637, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 10.625, de 11 de fevereiro de 2021</a>, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo federal até a publicação da Lei Orçamentária de 2021, e sobre a programação financeira.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 10.636, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018</a>, que regulamenta a <a href="#">Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983</a>, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição.</p>
<b>25/02/2021</b>	<p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.033, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007</a>, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, para conceder tratamento à produção de oxigênio medicinal empregado em medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública relacionados com a covid-19.</p> <p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.032, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.861.205.000,00, para os fins que especifica.</p>
<b>23/02/2021</b> <b>(Ed. extra)</b>	<p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.031, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b> Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a <a href="#">Lei nº 5.899, de 5 de julho</a></p>

	<p><a href="#">de 1973</a>, a <a href="#">Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000</a>, e a <a href="#">Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002</a>.</p>
<b>23/02/2021</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 10.635, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos dos setores de transporte rodoviário, portuário e aeroportuário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a inclusão de empreendimentos públicos federais dos setores portuários e aeroportuário no Programa Nacional de Desestatização.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 10.634, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  Dispõe sobre a divulgação de informações aos consumidores referentes aos preços dos combustíveis automotivos.</p>
<b>22/02/2021 (Ed. extra)</b>	<p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.030, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 450.000.000,00, para o fim que especifica.</p>
<b>Atos do Congresso Nacional (CN)</b>	<p><b><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2021</u></b>  O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da <a href="#">Constituição Federal</a>, com a redação dada pela <a href="#">Emenda Constitucional nº 32, de 2001</a>, a <a href="#">Medida Provisória nº 1.011, de 25 de novembro de 2020</a>, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União, no mesmo dia, e retificada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 80.000.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.  Congresso Nacional, em 24 de fevereiro de 2021  <b>Senador RODRIGO PACHECO</b>  Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><b><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2021</u></b>  O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da <a href="#">Constituição Federal</a>, com a redação dada pela <a href="#">Emenda Constitucional nº 32, de 2001</a>, a <a href="#">Medida Provisória nº 1.010, de 25 de novembro de 2020</a>, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, e retificada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a <a href="#">Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002</a>", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.  Congresso Nacional, em 24 de fevereiro de 2021  <b>Senador RODRIGO PACHECO</b>  Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>

	<p><b><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2021</u></b></p> <p>O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da <a href="#">Constituição Federal</a>, com a redação dada pela <a href="#">Emenda Constitucional nº 32, de 2001</a>, a <a href="#">Medida Provisória nº 1.009, de 13 de novembro de 2020</a>, publicada no Diário Oficial da União no dia 16, do mesmo mês e ano, que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Educação, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 24 de fevereiro de 2021</p> <p><b>Senador RODRIGO PACHECO</b> Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p><b>Atos do Poder Legislativo</b></p>	<p><b><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 179, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b></p> <p>Define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da <a href="#">Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964</a>.</p>
<p><b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA FEDERAL</b></p>
<p><b>Presidência da República (PR)</b></p>	<p><b>CASA CIVIL (CCPR)</b>  ↳ Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ITI Nº 5, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b></p> <p>Aprova a versão 4.0 do DOC-ICP-05.02, aprova a versão 2.0 do DOC-ICP-05.05 e altera o DOC-ICP05.03 para prever a emissão de certificados digitais por videoconferência.</p>
<p><b>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 37, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b></p> <p>Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o Comitê de Crise para monitoramento e ações para minimizar os impactos do coronavírus (CC-AGRO-COVID19) no funcionamento da agropecuária e abastecimento de alimentos para a população brasileira.</p> <p><b>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA</b>  ↳ Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas  <b><u>ATO Nº 9, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b></p> <p>O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins no uso das suas atribuições legais resolve dar publicidade ao resumo dos registros de agrotóxicos e afins concedidos, conforme previsto no Artigo 14 do <a href="#">Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002</a>.  (...)</p>

	<p><b><u>ATO Nº 8, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  1. De acordo com o Artigo 22, §1º, <a href="#">Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002</a>, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro do produto GLIFOSATO 720 WG TECNOMYL, processo nº 21000.005237/2019-75, para marca comercial TECNUP MAX 720 WG, conforme processo nº 21000.007243/2021-81.</p>
<p><b>Ministério da Cidadania</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MC Nº 614, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  Dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios que recebem contingente de imigrantes e refugiados oriundos de fluxo migratório provocado por crise humanitária agravada pela situação de Emergência em Saúde Pública decorrente do novo coronavírus, Covid-19.</p>
<p><b>Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 4.488, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  Institui, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, a Iniciativa Brasil-Biotec e cria o Comitê Gestor responsável pela sua supervisão e implementação de seus objetivos.</p>
<p><b>Ministério da Economia</b></p>	<p><b>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.010, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020, pela pessoa física residente no Brasil, e altera a Instrução Normativa SRF nº 81, de 11 de outubro de 2001.</p> <p><b><u>ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO RFB Nº 2, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  Dispõe sobre a restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2.008, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  Dispõe sobre o Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir).</p> <p><b>SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA</b>  <b><u>PORTARIA FAZENDA/ME Nº 2.270, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  Reabre, em favor dos Ministérios da Economia e da Cidadania, créditos extraordinários, no valor de R\$ 113.946.224,00, abertos pelas Medidas Provisórias nos 1.007 e 1.008, de 2 e 26 de outubro de 2020, respectivamente.</p> <p>↪ <b>Conselho Nacional de Política Fazendária</b>  <b><u>ATO COTEPE/PMPF Nº 6, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de</p>

	combustíveis.
<b>Ministério do Meio Ambiente</b>	<p><b>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  Dispõe sobre o Capítulo VIII da Resolução CONAMA 492, de 2018, para estabelecer os requisitos e critérios para a avaliação de veículos leves de passageiros e veículos leves comerciais por meio de ensaio de emissões em tráfego real para as Fases PROCONVE L7 e L8.</p>
<b>Ministério de Minas e Energia</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 2, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  (...) <b>Art. 1º</b> Aprovar o Plano Decenal de Expansão de Energia 2030 - PDE 2030.  (...)</p>
<b>Ministério das Relações Exteriores</b>	<p><b>SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES</b>  → Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania  <b><u>MEMORANDO DE COOPERAÇÃO DE TOMÉ-ACU ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO JAPÃO SOBRE O USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE DA AMAZÔNIA</u></b></p>
<b>Ministério da Saúde</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA GM/MS Nº 307, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  Aprova o Planejamento Estratégico Institucional do Ministério da Saúde para os anos 2020 - 2023.</p> <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)</b>  → Diretoria Colegiada (DC)  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA IN Nº 83, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  Define a lista de substâncias classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição, isoladas ou em associação, de que trata a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 471, de 23 de fevereiro de 2021.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO RDC Nº 471, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  Dispõe sobre os critérios para a prescrição, dispensação, controle, embalagem e rotulagem de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição, isoladas ou em associação, listadas em Instrução Normativa específica.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO RDC Nº 469, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b>  Aprova a Lista das Denominações Comuns Brasileiras - DCB da Farmacopeia Brasileira.</p> <p><b>SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E</b></p>

	<p><b>INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE</b></p> <p><b><u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 6, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b> Torna pública a decisão de não incorporar o secuquinumabe como primeira etapa de terapia biológica para o tratamento da psoríase em pacientes adultos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><b><u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 5, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b> Torna pública a decisão de incorporar a trombectomia mecânica para acidente vascular cerebral isquêmico agudo, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><b><u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 4, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b> Torna pública a decisão de incorporar o upadacitinibe para o tratamento de pacientes adultos com artrite reumatoide ativa moderada a grave.</p> <p><b><u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 3, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b> Torna pública a decisão de não incorporar as meias elásticas de compressão como parte do tratamento de pacientes com linfedema de membros inferiores, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><b><u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b> Torna pública a decisão de incorporar o teste de fluxo lateral para detecção de lipoarabinomanano em urina (LF-LAM) para rastreamento e diagnóstico de tuberculose ativa em pessoas suspeitas vivendo com HIV/AIDS, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><b><u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 1, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b> Torna pública a decisão de incorporar o burosumabe para o tratamento da hipofosfatemia ligada ao cromossomo X em crianças conforme Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) e não incorporar o burosumabe para o tratamento da hipofosfatemia ligada ao cromossomo X em adultos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p>
<p><b>Publicação DOE-SP</b></p>	<p><b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b></p>
<p><b>PUBLICAÇÃO DOE</b></p>	<p><b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b></p>
<p><b>26/02/2021</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 65.540, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b> Acrescenta dispositivo ao <a href="#">Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020(*)</a>, e dá providências correlatas (...)</p> <p><b>Artigo 1º</b> - O Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, passa a vigorar acrescido do artigo 8º-A, com a seguinte redação: "Artigo 8º-A - O descumprimento do disposto neste decreto sujeitará o infrator, conforme o caso, às penalidades previstas nos incisos I, III e IX do artigo 112 da <a href="#">Lei nº 10.083, de 23 de setembro de 1998</a> - Código Sanitário do Estado, sem prejuízo do disposto na <a href="#">Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990</a> - Código de Defesa do Consumidor e nos artigos 268 e 330 do</p>

	<p><a href="#">Código Penal</a>.</p> <p>§ 1º - Para os fins do disposto neste artigo, a Polícia do Estado de São Paulo poderá determinar a dispersão de aglomerações, sempre que constatar reunião de pessoas capaz de aumentar a disseminação da Covid-19.</p> <p>§ 2º - A Secretaria da Saúde, a Secretaria da Segurança Pública e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, no âmbito de suas respectivas atribuições, fiscalizarão o cumprimento das medidas de restrição a que alude o Anexo III deste decreto, substituído pelo Anexo II do <a href="#">Decreto nº 65.529, de 19 de fevereiro de 2021</a>."</p> <p><b>Artigo 2º</b> - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.  (*) Dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, institui o Plano São Paulo e dá providências complementares.</p>
<p><b>25/02/2021</b></p>	<p><b><a href="#">DECRETO Nº 65.537, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021</a></b>  Cria quadro especial que especifica e dá providências correlatas (...)</p> <p><b>Artigo 1º</b> - Os empregados da extinta Fundação Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador - CERET, declarados estáveis por decisão judicial, passam a integrar Quadro Especial em Extinção, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na conformidade do Anexo deste decreto, mantido o regime jurídico a que estavam submetidos.  (...)</p> <p><b><a href="#">DECRETO Nº 65.536, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021</a></b>  Cria o MIS <i>Experience</i>, junto ao Museu da Imagem e do Som de São Paulo, e dá providências correlatas</p>
<p><b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b></p>
<p><b>Agricultura e Abastecimento (SAA)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><a href="#">RESOLUÇÃO SAA-13, DE 23-2-2021</a></b>  Estabelece as normas técnicas, procedimentos, critérios e mecanismos de avaliação de desempenho e monitoramento de ações, denominadas Cidadania no Campo - Município Agro</p>
<p><b>Educação (SE)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><a href="#">RESOLUÇÃO SEDUC-27, DE 26-2-2021</a></b>  Alteração da Resolução SE 37, de 5-8-2019, que dispõe sobre o Projeto de Reforço e Recuperação das aprendizagens e dispõe sobre a atribuição de aulas específicas para este fim</p> <p><b><a href="#">RESOLUÇÃO SEDUC-25, DE 24-2-2021</a></b>  Institui a Comissão Médica da Educação de São Paulo no âmbito das unidades escolares do Sistema de Ensino do Estado, e dá providências correlatas</p>

**Fazenda e  
Planejamento  
(SFP)**

**GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)**

**RESOLUÇÃO SFP-11, DE 26-2-2021**

Divulga o índice acumulado de IPC/FIPE, referente ao exercício de 2021, para fins de reajuste do valor dos benefícios das Carteiras dos Advogados e das Serventias

**RESOLUÇÃO SFP/APTE-612, DE 18-2-2021**

Autoriza a divulgação dos Índices de Preços de Obras Públicas

**RESOLUÇÃO SFP/APTE-611, DE 18-2-2021**

Dispõe sobre Índices de Reajustes de Preços de Contratos de Serviços, conforme o disposto no [Decreto Estadual 48.326 de 12-12-03](#) e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-03

**RESOLUÇÃO SFP-10, DE 22-2-2021**

Altera a Resolução SFP 29/20, de 07-04-2020, que dispõe sobre a adoção de medidas, de caráter temporário e emergencial, no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo - Nota Fiscal Paulista, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)

**RESOLUÇÃO SFP-09, DE 22-2-2021**

Altera a Resolução SFP 26/20, de 23-03-2020, que dispõe sobre o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19)

**RESOLUÇÃO SFP-08, DE 22-2-2021**

Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de janeiro de 2020 a dezembro de 2020

**PORTARIA DO DIRETOR, DE 22-2-2021**

(...)

índice de variação nominal da arrecadação e o valor unitário da quota

(...)

**COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF)**

**PORTARIA CAF-G-4, DE 25-2-2021**

A Coordenadora da Coordenadoria da Administração Financeira resolve:

**Art. 1º** - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de fevereiro/2021 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala:

Dia 05-03-2021 - Celetistas, pensões especiais, servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta do Poder Executivo e Autarquias.

**Art. 2º** - O Departamento de Finanças do Estado – DFE transferirá os recursos financeiros aos Órgãos do Poder Executivo, incluídas a Administração Direta, Administração Indireta e Empresas, no dia útil imediatamente anterior ao disposto no artigo 1º, em conformidade com o disposto no artigo 3º da Portaria CAF-G 00027, de 02-10-2017.

**Art. 3º** - Os créditos às entidades consignatárias, no âmbito do Poder Executivo e Autarquias, serão efetuados no dia 05-03-2021.

	<p><b>Art. 4º</b> - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.</p> <p><b><u>COMUNICADO CAF-G - 3, DE 19-2-2021</u></b> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de janeiro de 2021</p> <p><b>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT)</b> <b><u>COMUNICADO CAT-2, DE 25-2-2021</u></b> O Coordenador da Administração Tributária declara que as datas fixadas para cumprimento das Obrigações Principais e Acessórias, do mês de Março de 2021, são as constantes da Agenda Tributária Paulista anexa.</p>
<p><b>Habitação (SH)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SH - 3 DE 12-02-2021</u></b> Estabelece os valores e parâmetros para determinação do valor final do subsídio no Programa Apoio ao Crédito Habitacional.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SH - 4, DE 12-02-2021</u></b> Altera o artigo 2º da resolução SH, 17 de 02-10-2020, que determina a forma e os procedimentos operacionais para a concessão de Certificados de Subsídio, no âmbito do Programa Apoio ao Crédito Habitacional - CCI, quando em articulação ao Programa Nossa Casa.</p>
<p><b>Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SAA/SIMA-1, DE 25-2-2021</u></b> Dispõe sobre a prorrogação do credenciamento de Associações de Reposição Florestal de que trata a <a href="#">Lei estadual 10.780/2001</a></p>
<p><b>Saúde (SS)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SS - 34, DE 26-2-2021</u></b> Altera o Anexo I Da Resolução Ss-73, de 31-05-2020, Que Dispõe Sobre a "Classificação das Áreas de Abrangência dos Departamentos Regionais de Saúde do Estado e Respectivas Fases", Frente À Pandemia Covid 19 E Dá Providências Correlatas</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS -33, DE 23-2-2021</u></b> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde que especifica, a serem destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Covid-19, (Novo Coronavírus), e dá providencias correlatas</p> <p><b>COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS)</b> <b><u>DELIBERAÇÃO, DE 26-2-2021</u></b> (...) Aprova a Adoção de Valores Diferenciados Nos Procedimentos Constantes do Anexo II (Da Referida Portaria) Em 100%, Exceto para Cirurgias de Catarata Anexo III (Da Referida Portaria) E A Distribuição dos Recurso Financeiro Destinado ao Estado de São Paulo, Conforme Anexo I E Anexo II.</p>

	(...)
<b>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</b>	<p><b>REITORIA</b>  <b><u>PORTARIA UNESP-25, DE 25-2-2021</u></b>  Dispõe sobre luto oficial no âmbito da Unesp  (...) <b>Artigo 1º</b> - Fica decretado luto oficial por 3 dias, a partir de 25-2-2021, em memória das mais de 250 mil mortes causadas pela Covid-19 em todo país.  <b>Artigo 2º</b> - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  (Proc. 576-2020-RUNESP)</p>
<b>Publicação DOE Legislativo</b>	<b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b>
<b>26/02/2021</b>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 105, DE 2021</u></b>  Revoga o artigo 21 da <a href="#">Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020</a>(*)  (*) <i>Estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá providências correlatas.</i>  <a href="#">DOE, Legislativo, 26/02/2021, p. 6</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 104, DE 2021</u></b>  Institui o atendimento especializado, nos concursos públicos e vestibulares realizados no Estado de São Paulo, para as pessoas com dislexia.  <a href="#">DOE, Legislativo, 26/02/2021, p. 6</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 103, DE 2021</u></b>  Institui o atendimento especializado nas provas realizadas no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN de São Paulo, para as pessoas com dislexia  <a href="#">DOE, Legislativo, 26/02/2021, p. 6</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 102, DE 2021</u></b>  Define diretrizes básicas a serem observadas pela rede pública e privada de saúde na execução de ações de vacinação contra a COVID-19 no Estado e dá outras providências  <a href="#">DOE, Legislativo, 26/02/2021, p. 5</a></p> <p><b>PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS</b>  <b><u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 2021</u></b>  Susta os efeitos do COMUNICADO EXTERNO CONJUNTO SUBSECRETARIA/CGRH 2021 - Nº 174, que cuida de dar ESCLARECIMENTO SOBRE O AFASTAMENTO DE SERVIDORES da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, no contexto da PANDEMIA do COVID 19, mencionando averiguações preliminares  <a href="#">DOE, Legislativo, 26/02/2021, p. 6</a></p>
<b>25/02/2021</b>	<p><b>PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO</b>  <b><u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 4, DE 2021, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u></b>  Acrescenta o item 19 ao artigo 23 da <a href="#">Constituição do Estado de São</a></p>

[Paulo](#), altera o inciso II do artigo 74 e o § 2º do artigo 139 e acrescenta o artigo 143-A ao referido diploma Constitucional Estadual

[DOE, Legislativo, 25/02/2021, p. 10](#)

#### **PROJETOS DE LEI**

##### **PROJETO DE LEI Nº 101, DE 2021**

Acrescenta o Inciso IV, V e VI ao artigo 1º da [Lei Estadual nº 12.640, de 11 de julho de 2007](#), visando instituir no âmbito do Estado de São Paulo o piso salarial para os profissionais da área de enfermagem, e dá outras providências correlatas.

[DOE, Legislativo, 25/02/2021, p. 11](#)

##### **PROJETO DE LEI Nº 99, DE 2021**

Altera a [Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008](#) que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

[DOE, Legislativo, 25/02/2021, p. 11](#)

##### **PROJETO DE LEI Nº 98, DE 2021**

Autoriza o Poder Executivo a criar, em caráter permanente, o Conselho Estadual para Estudos de Viabilidades e Interesses Municipais para Instalação de Unidades Prisionais no Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 25/02/2021, p. 10](#)

#### **PROJETOS DE RESOLUÇÃO**

##### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2021**

Altera a redação do § 3º e inclui o § 4º no artigo 3º da [Resolução nº 859, de 16 de dezembro de 2008](#) que dispõe sobre concessão de licença-prêmio no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e que regula, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da [Lei Complementar nº 1.048, de 10 de junho de 2008](#), no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP, a concessão de licença-prêmio de que tratam os artigos 209 e seguintes do estatuto dos Funcionários Públicos Civis do estado de São Paulo ([Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968](#)), atualizada até a [Resolução nº 922 de 04 de maio de 2020](#).

[DOE, Legislativo, 25/02/2021, p. 11](#)

##### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2021**

Cria o "Espaço José Mentor" e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 25/02/2021, p. 11](#)

##### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2021**

Regula, no âmbito interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, as ações de divulgação de informações e imagens de pessoas desaparecidas, em cumprimento as diretrizes das Políticas Nacional e Estadual de Busca de Pessoas Desaparecidas nos termos dos artigos 3º, "caput", 4º, inciso V, 12 "caput" e 13, "caput" e Parágrafo Único da [Lei Federal nº 13.812 de 16 de março de 2019](#), e artigo 2º, inciso III, alínea "a" e inciso V da [Lei Estadual nº 15.292 de 08 de janeiro de 2014](#), respectivamente

[DOE, Legislativo, 25/02/2021, p. 11](#)

**24/02/2021**

**MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR**

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 299, DE 2020**

Mensagem A-nº 016/2021 do Senhor Governador do Estado  
(...)

De iniciativa parlamentar, a proposta reconhece a atividade religiosa como essencial para a população do Estado, em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas, epidemias, pandemias ou catástrofes naturais

(...)

[DOE, Legislativo, 24/02/2021, p. 15](#)

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 33, DE 2020**

Mensagem A-nº 015/2021 do Senhor Governador do Estado  
(...)

De iniciativa parlamentar, o projeto tem o objetivo de alterar disposições da [Lei Complementar nº 1.164, de 4 de janeiro de 2012](#), que institui o Regime de Dedicção Plena e Integral - RDPI e a Gratificação de Dedicção Plena e Integral - GDPI aos integrantes do Quadro do Magistério em exercício nas Escolas Estaduais de Ensino Médio de período integral, e dá providências correlatas.

(...)

[DOE, Legislativo, 24/02/2021, p. 15](#)

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1179, DE 2019**

Mensagem A-nº 014/2021 do Senhor Governador do Estado  
(...)

De iniciativa parlamentar, a medida objetiva conceder isenção tarifária aos policiais militares, policiais civis, bombeiros militares, agentes penitenciários e da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA-SP, agentes de escolta e vigilância penitenciária, guardas civis municipais, policiais federais, membros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, nos ônibus de transporte público intermunicipais, nos transportes operados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM.

(...)

[DOE, Legislativo, 24/02/2021, p. 14](#)

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 701, DE 2019**

Mensagem A-nº 013/2021 do Senhor Governador do Estado  
(...)

A proposição, de iniciativa parlamentar, busca alterar a [Lei nº 14.984, de 12 de abril de 2013](#), que dispõe sobre o pagamento de indenização por morte e invalidez, e contratação de seguro de vida em grupo, aos militares do Estado, incluídos os temporários, e aos servidores sujeitos ao Regime Especial de Trabalho Policial, ou que exerçam atividades de risco acentuado em unidades da Secretaria de Administração Penitenciária, ou da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA.

(...)

[DOE, Legislativo, 24/02/2021, p. 14](#)

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 36, DE 2019**

Mensagem A-nº 012/2021 do Senhor Governador do Estado  
(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição busca alterar o § 3º do

	<p>artigo 1º da <a href="#">Lei Complementar nº 898, de 13 de julho de 2001</a>, para autorizar o Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária a portar arma de fogo da qual detenha a acautela, quando no exercício de suas atividades ou no horário de folga, obedecidos os procedimentos e requisitos da legislação que disciplina a matéria. (...) <a href="#">DOE, Legislativo, 24/02/2021, p. 14</a></p> <p><b>PROJETOS DE LEI</b> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 97, DE 2021</u></b> Dispõe sobre o respeito ao uso do nome social nas certidões de óbito e nas lápides de pessoas travestis, mulheres transexuais, homens transexuais e demais pessoas trans e dá outras providências. <a href="#">DOE, Legislativo, 24/02/2021, p. 16</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 95, DE 2021</u></b> Institui o "Selo Amigo da Saúde", aos bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos afins, em todo o Estado de São Paulo." <a href="#">DOE, Legislativo, 24/02/2021, p. 15</a></p>
<p><b>23/02/2021</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 94, DE 2021.</u></b> Proíbe a instalação de qualquer empreendimento em áreas de impacto ambiental e dá outras providências. <a href="#">DOE, Legislativo, 23/02/2021, p. 10</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 93, DE 2021</u></b> Dispõe sobre a criação de cadastro para utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo agressor nas garantias de efetividade das medidas protetivas de urgência. <a href="#">DOE, Legislativo, 23/02/2021, p. 10</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 92, DE 2021</u></b> Autoriza o Governo de São Paulo a conceder às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com a <a href="#">Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006</a>, a suspensão da cobrança de tributos estaduais por prazo de três meses, prorrogável por igual período. <a href="#">DOE, Legislativo, 23/02/2021, p. 10</a></p>
<p><b>Publicação DO - Cidade</b></p>	<p><b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b></p>
<p><b>27/02/2021</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 17.553, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021</u></b> (PROJETO DE LEI Nº 55/21, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Autoriza, em caráter extraordinário, o Poder Executivo a proceder a concessão e pagamento do benefício de que trata a <a href="#">Lei nº 17.504, de 11 de novembro de 2020</a>(*), por mais três meses. (*). Dispõe sobre a instituição da Renda Básica Emergencial no âmbito do Município de São Paulo, em decorrência da pandemia do Covid-19.</p>

**23/02/2021**

**DECRETO Nº 60.096, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

Dispõe sobre a reorganização de atribuições e competências no âmbito da Secretaria de Governo Municipal e da Casa Civil, altera a denominação de unidades, bem como transfere e altera a denominação e lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home\\_1\\_0.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx)

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Maria Isa de Aquino Sousa  
[mariaisa@sp.gov.br](mailto:mariaisa@sp.gov.br)

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Mauro Sérgio Nascimento da Silva  
[maurosilva@sp.gov.br](mailto:maurosilva@sp.gov.br)

Silvio Tadeu Brígido  
[sbrigido@sp.gov.br](mailto:sbrigido@sp.gov.br)

Edson Prates  
[eprates@sp.gov.br](mailto:eprates@sp.gov.br)

**Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica**

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

[ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br)

**Cancelamento:**

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>